

2020

CÉSAR FIUZA

DIREITO CIVIL

curso completo

21ª edição revista,
atualizada e ampliada

atualizado com:

- Lei nº 13.715/18 - Lei que amplia as hipóteses de perda do poder familiar
- Lei nº 13.777/18 - Lei sobre o regime jurídico da multipropriedade
- Lei nº 13.874/19 - Lei da Liberdade Econômica
- Lei nº 13.966/19 - Lei da Franquia

2020

DIREITO
CIVIL

curso completo

21ª edição revista,
atualizada e ampliada



2020

CÉSAR FIUZA

DIREITO CIVIL

curso completo

21ª edição revista,
atualizada e ampliada

atualizado com:

- Lei nº 13.715/18 - Lei que amplia as hipóteses de perda do poder familiar
- Lei nº 13.777/18 - Lei sobre o regime jurídico da multipropriedade
- Lei nº 13.874/19 - Lei da Liberdade Econômica
- Lei nº 13.966/19 - Lei da Franquia



NOTA DO AUTOR

Este livro nasceu de coletânea de notas de aulas, a partir da ideia de que, talvez à exceção de alguns poucos, não haja no mercado manual de Direito Civil em um só volume. Isso cria dois problemas, em princípio. O primeiro deles é a falta de material didático adequado para programas regulares de Direito Civil de curta duração, como, por exemplo, os que ocorrem em cursos não estritamente jurídicos. O segundo é também a falta de material de estudo adequado a quem deseje se reciclar em tempo breve, ao estudar para um concurso, por exemplo. Em ambos os casos, o estudo dos grandes tratadistas é penoso e desnecessário, apesar de sempre recomendável.

Embora não tenha sido, inicialmente, concebido para os Cursos de Graduação em Direito, o manual se transformou em fonte cada vez mais consultada pelos bacharelandos, que dele se valem para se introduzir no estudo das instituições de Direito Civil, de forma didática e atualizada.

O livro contém todo o programa de Direito Civil em linhas muito claras e rigorosamente atualizadas de acordo com a melhor doutrina, com a mais moderna civilística, fincada na visão contemporânea do Direito Civil, que parte da ideia de que o Direito Civil seja o reduto maior da liberdade dos indivíduos, sem a qual não há falar em dignidade humana. A intenção não foi, seguramente, a de esgotar os assuntos tratados, mas simplesmente a de explaná-los, do modo mais claro e profundo possível, sempre com exemplos práticos. Houve grande preocupação de, sempre que possível, aprofundar temas controversos, como a definição de negócio jurídico e de contrato, de propriedade e de família.

Realizou-se uma atualização de acordo com a legislação e a doutrina mais recentes. O manual baseia-se, como dito, na visão do Direito Civil contemporâneo, entendido este como o Direito Civil que mantém sua autonomia, muito embora, quando necessário, seja lido à luz dos princípios e valores da Constituição. Esse é o tratamento que se dá, por exemplo, aos contratos, à propriedade, à família estudados sob uma ótica humanizada, como instrumentos

de promoção da dignidade humana, o que não significa que o Direito Civil tenha deixado de ser a sede das liberdades individuais, ou que se deva fazer uma leitura leviana e apressada do princípio da dignidade, mesmo porque a base da dignidade é a liberdade.

Começa-se com uma introdução ao estudo do Direito, adentra-se a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, seguida da Parte Geral do Código. Na Parte Especial, inicia-se pelo Direito das Obrigações, espinha dorsal das relações jurídicas privadas, incluindo-se o Direito Contratual com os contratos tipificados e não tipificados no Código Civil. Em seguida, aborda-se o Direito das Coisas, Família e Sucessões, seguindo-se a sistemática do Código de 2002 e da maioria dos Cursos de Graduação em Direito.

O Direito Civil é visto, aqui, não de forma dogmatizada, mas meditada. Não se repetem, portanto, as mesmas fórmulas do século XIX, como muitos manuais que se dizem modernos. Não se trata de um código comentado, mas de um manual reflexivo de Direito Civil, em sua concepção mais moderna e inovadora, dentro de uma visão contemporânea, que exige o Estado Democrático de Direito. Não se buscam, atabalhoada e precipitadamente, fundamentos constitucionais para os diversos institutos do Direito Civil, perdendo de vista a ótica do próprio Direito Civil, bem como da liberdade do indivíduo, da liberdade de contratar, de empreender, de ter, enfim, de ser. A autonomia privada foi uma conquista histórica, da qual simplesmente não podemos abdicar, permitindo que o Estado, em nome de uma dignidade, muitas vezes levianamente invocada, intervenha de modo ditatorial, violento e arbitrário na esfera privada, que só ao indivíduo pertence.

É óbvio que o livro contém pontos falhos, afinal o autor é humano, e o Direito Civil infinito. Roga-se, assim, aos leitores que não poupem críticas construtivas, remetendo-as ao Editor, para que se possa sempre melhorar a cada nova edição.

Belo Horizonte, janeiro de 2020.

O Autor

SUMÁRIO

<i>CAPÍTULO I</i>		<i>CAPÍTULO II</i>	
<i>INTRODUÇÃO</i>	23	<i>O DIREITO CIVIL NO SISTEMA</i>	
		<i>JURÍDICO ROMANO-GERMÂNICO</i>	53
1. Conceito de Direito.....	23	1. Generalidades.....	53
1.1. Definição etimológica de Direito.....	26	2. Direito romano.....	62
1.2. Definição semântica de Direito.....	26	2.1. Introdução.....	62
2. Instrumentos de controle social.....	28	2.2. Realeza (753 a.C. a 510 a.C.).....	62
2.1. Direito e religião.....	28	2.3. República (510 a.C. a 27 a.C.).....	69
2.2. Direito e moral.....	29	2.4. Alto Império (27 a.C. a 284 d.C.).....	80
2.3. Direito e regras de trato social.....	31	2.5. Baixo Império (284 d.C. a 565 d.C.).....	84
3. Direito e justiça.....	32	2.6. Período bizantino (565 a 1453).....	88
3.1. Critérios formais.....	34	3. Alta Idade Média (476 a 1100).....	88
3.2. Critérios materiais.....	35	4. Baixa Idade Média (1100 a 1453).....	92
4. Acepções do Direito.....	37	5. Idade Moderna (1453 a 1789).....	94
4.1. Direito objetivo e subjetivo.....	37	6. Idade Contemporânea (de 1789 a nossos dias).....	96
4.1.1. Estrutura dos direitos subjetivos.....	39	7. Direito Brasileiro.....	98
4.1.2. Função dos direitos subjetivos.....	40		
4.1.3. Classificação dos direitos subjetivos.....	41	<i>CAPÍTULO III</i>	
4.2. Direito natural e direito positivo.....	43	<i>LEI DE INTRODUÇÃO ÀS</i>	
4.3. Divisões do direito positivo.....	45	<i>NORMAS DO DIREITO BRASI-</i>	
4.4. Unidade do direito privado.....	48	<i>LEIRO: EFICÁCIA, CONFLITO</i>	
		<i>E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS</i>	105
		1. Classificação das leis.....	105

1.1. Classificação das leis segundo a hierarquia.....	105	3.1. Interdição.....	176
1.2. Classificação das leis segundo sua extensão territorial.....	106	3.2. Emancipação.....	179
1.3. Classificação das leis segundo sua força obrigatória.....	106	3.3. Crítica à crítica da teoria das incapacidades.....	180
1.4. Classificação das leis segundo sua natureza.....	107	4. Ausência.....	182
1.5. Classificação das leis segundo seu conteúdo.....	108	5. Nome da pessoa natural.....	185
1.6. Classificação das leis segundo a intensidade da sanção.....	108	6. Estado.....	188
2. Eficácia das leis.....	109	7. Pessoas jurídicas.....	190
2.1. Início de vigência das leis.....	109	7.1. Histórico.....	190
2.2. Conflito de leis no tempo.....	113	7.2. Definição.....	193
2.3. Conflito de leis no espaço.....	114	7.3. Natureza jurídica.....	193
3. Interpretação das leis.....	115	7.4. Características.....	195
3.1. Introdução.....	115	7.5. Classificação.....	196
3.2. Interpretação no direito civil.....	118	7.6. Registro das pessoas jurídicas.....	203
3.2.1. Introdução.....	118	7.7. Nome das pessoas jurídicas.....	203
3.2.2. Crise das instituições.....	119	7.8. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	204
3.2.3. Crise da sistematização.....	122	7.9. Função social das pessoas jurídicas.....	210
3.2.4. Crise da interpretação: da Escola da Exegese às teorias da argumentação.....	125	8. Fundações.....	211
3.2.5. A funcionalização do Direito Civil.....	143	8.1. Definição.....	211
3.2.6. A constitucionalização do direito civil.....	144	8.2. Criação.....	211
3.2.7. A liberdade econômica.....	151	8.3. Observações.....	212
CAPÍTULO IV		9. Sujeitos de direitos sem personalidade.....	213
PESSOAS	155	9.1. Casos de fácil solução ou de aparente aplicação da teoria dos sujeitos não personificados.....	214
1. Personalidade: generalidades e pessoas naturais.....	156	9.2. Casos de aplicação efetiva da teoria dos sujeitos não personificados.....	216
2. Nascituro.....	158	9.3. A família.....	217
3. Capacidade.....	163	10. Registro civil.....	218
		11. Domicílio e residência.....	219
		CAPÍTULO V	
		DIREITOS DA PERSONALIDADE	223
		1. Histórico.....	223

2. Natureza jurídica.....	225	3. Atos jurídicos.....	272
3. Características.....	227	3.1. Planos dos atos jurídicos.....	272
4. Classificação.....	228	3.2. Princiologia dos atos jurídicos.....	276
5. Fontes.....	228	3.3. Classificação dos atos jurídicos.....	279
6. Tratamento legal.....	229	3.4. Elementos dos atos jurídicos.....	283
7. Direitos da personalidade e pessoas jurídicas.....	234	3.5. Condição, termo e encargo.....	284
8. Direitos da personalidade no sistema brasileiro.....	236	3.6. Forma dos atos jurídicos.....	293
CAPÍTULO VI		3.7. Causa e motivo dos atos jurídicos.....	294
COISAS E BENS	239	3.8. Prova dos fatos/atos jurídicos.....	295
1. Definição.....	239	3.9. Defeitos dos atos jurídicos.....	313
2. Classificação.....	240	3.10. Invalidez dos atos jurídicos (Plano da validade).....	338
2.1. Primeira Classe – Bens considerados em si mesmos.....	240	3.11. Crítica à teoria clássica das nulidades.....	351
2.2. Segunda Classe – Bens reciprocamente considerados.....	250	3.12. Atos jurídicos ineficazes (Plano da eficácia).....	356
2.3. Terceira Classe – Bens considerados em relação às pessoas.....	253	3.13. Atos jurídicos inexistentes (Plano da existência).....	357
2.4. Quarta Classe – Bens considerados em relação a sua comerciabilidade.....	255	3.14. Conservação dos atos jurídicos.....	359
3. Patrimônio.....	259	3.15. Interpretação e integração dos atos jurídicos.....	360
CAPÍTULO VII		3.16. Atos jurídicos e representação.....	362
FATO JURÍDICO, ATO E		4. Atos ilícitos.....	366
NEGÓCIO JURÍDICO	261	4.1. Atos ilícitos em sentido estrito (a cláusula geral do art. 186).....	366
1. Definições.....	261	4.2. Abuso de direito.....	369
1.1. Fato jurídico.....	261	4.3. Enriquecimento ilícito.....	378
1.2. Ato jurídico.....	263	5. Situações e relações jurídicas.....	385
1.3. Ato jurídico em sentido estrito.....	263	5.1. Definição.....	385
1.4. Negócio jurídico.....	264	5.2. Espécies.....	387
1.5. Ato-fato jurídico.....	265	5.3. Nascimento e extinção das relações jurídicas – prescrição e decadência.....	388
1.6. Ato ilícito.....	266	5.4. Função social das relações jurídicas.....	409
2. O ocaso dos negócios jurídicos – Crise e superação.....	268	6. Responsabilidade civil.....	410
		6.1. Introdução.....	410

6.2. Definição.....	410	8.2. Nova principiologia do Direito obrigacional.....	443
6.3. Classificação.....	411	8.2.1. Princípio da dignidade humana.....	444
6.3.1. Responsabilidade por atos ou fatos lícitos.....	411	8.2.2. Princípio da função social.....	445
6.3.2. Responsabilidade por atos ilícitos.....	411	8.2.3. Princípio da autonomia privada.....	447
6.3.3. Responsabilidade contratual.....	412	8.2.4. Princípio da boa-fé.....	448
6.3.4. Responsabilidade extracontratual.....	412	8.2.5. Princípio da justiça nas relações creditícias.....	452
6.3.5. Responsabilidade com dano e sem dano, com culpa e sem culpa.....	414	8.2.6. Princípio do enriquecimento sem causa.....	453
6.3.6. Responsabilidade por fato próprio e por fato de outrem.....	415	8.2.7. Princípio da reparação integral.....	453
6.3.7. Responsabilidade por fato de coisa.....	416	8.2.8. Princípio da aparência.....	454
6.4. O destino da responsabilidade por atos ilícitos.....	416	8.2.9. Princípio da eticidade.....	454
		8.2.10. Princípio da operabilidade.....	454
		8.2.11. Princípio da socialidade.....	454
		9. Classificação das obrigações.....	455
<i>CAPÍTULO VIII</i>		9.1. Quanto às fontes: contratuais e extracontratuais.....	455
<i>TEORIA GERAL DO</i>		9.2. Quanto à estrutura.....	455
<i>DIREITO DAS OBRIGAÇÕES</i>	419	9.3. Quanto ao objetivo visado: de resultado, de meios e de garantia.....	478
1. Definição de obrigação.....	419	9.4. Obrigações reciprocamente consideradas: principais e acessórias.....	479
2. Essência das obrigações.....	422	9.5. Quanto ao pagamento.....	480
3. Estrutura das obrigações.....	428	10. Efeito desejável das obrigações: pagamento.....	491
4. Ideia e posição do Direito das Obrigações perante o Direito Civil.....	429	10.1. Definição.....	491
5. Conteúdo da prestação obrigacional.....	430	10.2. Natureza jurídica.....	492
6. Fontes das obrigações.....	432	10.3. Condições de validade do pagamento.....	493
7. Escorço histórico.....	434	10.4. Regramento dogmático.....	494
8. Principiologia do Direito das Obrigações.....	438	10.5. Pagamentos especiais.....	504
8.1. Principiologia clássica do Direito das Obrigações.....	439	10.6. Pagamento indevido.....	512
8.1.1. Princípio da autonomia da vontade.....	440	11. Transmissão das obrigações.....	515
8.1.2. Princípio da justiça das relações obrigacionais.....	442	11.1. Cessão de crédito.....	516
8.1.3. Princípio do <i>neminem laedere</i>	442	11.2. Assunção de dívida.....	518
8.1.4. Princípio <i>res perit domino</i>	443		

11.3. Endosso e tradição manual do título.....	521	3. Evolução histórica.....	545
12. Efeito indesejável das obrigações: inadimplemento.....	522	4. Funções dos contratos.....	567
12.1. Inadimplemento remediável: mora.....	522	5. Requisitos de existência, de validade e de eficácia dos contratos.....	569
12.1.1. Mora do devedor.....	523	5.1. Requisitos subjetivos.....	569
12.1.2. Mora do credor.....	526	5.2. Requisitos objetivos.....	572
12.1.3. Purga da mora.....	526	5.3. Requisitos formais.....	574
12.1.4. Cessação da mora.....	527	6. Causa, motivo e fim dos contratos.....	575
12.2. Inadimplemento propriamente dito ou definitivo.....	527	7. Princípios informadores.....	576
13. Execução coativa.....	531	7.1. Principiologia clássica do direito contratual.....	578
14. Extinção das obrigações.....	532	7.1.1. Princípio da autonomia da vontade.....	578
14.1. Pagamento.....	532	7.1.1.1. Princípio da obrigatoriedade contratual.....	578
14.2. Inadimplemento.....	532	7.1.1.2. Princípio do consensualismo.....	580
14.3. Inviabilidade do objeto.....	532	7.1.1.3. Princípio da liberdade de contratar.....	580
14.4. Decurso do prazo.....	532	7.1.1.4. Princípio da liberdade contratual.....	580
14.5. Implemento da condição resolutiva.....	533	7.1.1.5. Princípio da relatividade contratual.....	580
14.6. Incapacidade superveniente.....	533	7.1.1.6. Princípio da imutabilidade ou da intangibilidade.....	581
14.7. Morte.....	533	7.1.1.7. Princípio da irretratabilidade.....	581
14.8. Vontade do(s) agente(s): distrato e renúncia.....	533	7.1.2. Princípio do <i>neminem laedere</i>	581
14.9. Invalidez.....	533	7.1.3. Princípio da justiça contratual.....	581
14.10. Prescrição.....	534	7.2. Nova principiologia do direito contratual.....	582
14.11. Onerosidade excessiva.....	534	7.2.1. Introdução.....	582
14.12. Novação.....	534	7.2.2. Nova principiologia.....	583
14.13. Compensação.....	538	8. Intervenção do Estado na economia contratual.....	598
14.14. Confusão.....	540	8.1. Introdução.....	598
14.15. Remissão.....	541	8.2. Fundamentos da intervenção do Estado.....	598
CAPÍTULO IX		8.3. Esferas de intervenção.....	599
FONTES DAS OBRIGAÇÕES: CONTRATOS: TEORIA GERAL DO DIREITO CONTRATUAL		8.4. Revisão dos contratos.....	600
543		9. Cláusulas abusivas e conduta abusiva.....	620
1. Noção de contrato.....	543	10. Interpretação dos contratos.....	626
2. Definição de contrato.....	544		

11. Formação dos contratos.....	631	1.2. Partes.....	687
11.1. Negociações preliminares.....	632	1.3. Efeitos.....	687
11.2. Proposta.....	634	1.4. Caracteres jurídicos.....	689
11.3. Aceitação.....	637	1.5. Elementos.....	690
12. Contrato preliminar.....	638	1.6. Requisitos subjetivos.....	691
13. Cláusula penal.....	641	1.7. Requisitos objetivos.....	693
14. Arras.....	644	1.8. Requisitos formais.....	694
15. Vícios redibitórios.....	648	1.9. Obrigações do vendedor.....	694
16. Evicção.....	653	1.10. Obrigações do comprador.....	694
17. Estipulação em favor de terceiro.....	655	1.11. Cláusulas especiais.....	695
18. Promessa de fato de terceiro.....	657	2. Contrato de troca.....	700
19. Classificação dos contratos.....	658	2.1. Definição.....	700
19.1. Quanto à tipificação legal.....	658	2.2. Observações gerais.....	700
19.2. Quanto às características ontológicas.....	658	3. Contrato estimatório.....	700
19.3. Quanto à denominação.....	659	3.1. Definição.....	700
19.4. Quanto à forma.....	659	3.2. Partes.....	701
19.5. Quanto à reciprocidade das prestações.....	660	3.3. Caracteres jurídicos.....	701
19.6. Quanto às obrigações das partes.....	660	3.4. Requisitos subjetivos.....	702
19.7. Quanto à previsibilidade das prestações.....	663	3.5. Requisitos objetivos.....	702
19.8. Quanto ao momento da execução.....	664	3.6. Requisitos formais.....	702
19.9. Quanto à amplitude do vínculo.....	664	3.7. Prazo.....	702
19.10. Quanto à negociabilidade.....	665	3.8. Obrigações do consignatário.....	702
19.11. Quanto ao conteúdo fiduciário.....	672	3.9. Obrigações do consignante.....	703
19.12. Quanto ao grau de interdependência.....	673	4. Contrato de doação.....	703
20. Cessão da posição contratual.....	674	4.1. Definição.....	703
21. Extinção dos contratos.....	675	4.2. Partes.....	703
		4.3. Natureza jurídica.....	703
		4.4. Caracteres jurídicos.....	704
		4.5. Elementos.....	705
		4.6. Requisitos subjetivos.....	706
		4.7. Requisitos objetivos.....	708
		4.8. Requisitos formais.....	709
		4.9. Classificação.....	709
CAPÍTULO X			
FONTES DAS OBRIGAÇÕES:			
CONTRATOS TIPIFICADOS			
NO CÓDIGO CIVIL			
	687		
1. Contrato de compra e venda.....	687		
1.1. Definição.....	687		

4.10. Promessa de doação.....	712	8.10. Obrigações do empreiteiro.....	759
4.11. Efeitos.....	712	8.11. Obrigações do empreitante.....	760
4.12. Invalidez da doação.....	714	8.12. Riscos.....	760
4.13. Revogação da doação.....	715	8.13. Extinção do contrato.....	761
5. Contrato de locação.....	716	9. Contrato de depósito.....	761
5.1. Locação de coisas.....	719	9.1. Definição.....	761
6. Contrato de empréstimo.....	738	9.2. Partes.....	761
6.1. Comodato.....	738	9.3. Caracteres jurídicos.....	762
6.2. Mútuo.....	742	9.4. Requisitos subjetivos.....	763
7. Contrato de prestação de serviço.....	747	9.5. Requisitos objetivos.....	763
7.1. Definição.....	747	9.6. Requisitos formais.....	763
7.2. Partes.....	749	9.7. Prazo.....	763
7.3. Caracteres jurídicos.....	749	9.8. Espécies.....	764
7.4. Requisitos subjetivos.....	750	9.9. Depósito de mercadorias em armazéns-gerais.....	765
7.5. Requisitos objetivos.....	750	9.10. Obrigações do depositante.....	766
7.6. Requisitos formais.....	751	9.11. Obrigações do depositário.....	767
7.7. Elementos.....	751	9.12. Riscos.....	772
7.8. Preço.....	751	9.13. Extinção do contrato.....	772
7.9. Prazo.....	751	9.14. Depósito necessário.....	773
7.10. Obrigações do prestador.....	752	10. Contrato de mandato.....	776
7.11. Obrigações do tomador.....	752	10.1. Generalidades.....	776
7.12. Extinção do contrato.....	752	10.2. Definição.....	778
8. Contrato de empreitada.....	754	10.3. Partes.....	779
8.1. Definição.....	754	10.4. Caracteres jurídicos.....	779
8.2. Partes.....	754	10.5. Requisitos subjetivos.....	780
8.3. Elementos essenciais.....	754	10.6. Requisitos objetivos.....	780
8.4. Preço.....	755	10.7. Requisitos formais.....	780
8.5. Caracteres jurídicos.....	755	10.8. Aceitação.....	783
8.6. Diferenças entre empreitada e prestação de serviço.....	757	10.9. Classificação.....	783
8.7. Requisitos subjetivos.....	758	10.10. Obrigações do mandatário.....	783
8.8. Requisitos objetivos.....	758	10.11. Obrigações do mandante.....	785
8.9. Requisitos formais.....	759	10.12. Extinção do mandato.....	788

10.13. Mandato judicial.....	791	15. Contrato de seguro.....	809
11. Contrato de comissão.....	792	15.1. Definição.....	809
11.1. Definição.....	792	15.2. Caracteres jurídicos.....	809
11.2. Partes.....	793	15.3. Requisitos subjetivos.....	810
11.3. Caracteres jurídicos.....	793	15.4. Requisitos objetivos.....	811
11.4. Requisitos de validade.....	794	15.5. Requisitos formais.....	812
11.5. Obrigações das partes.....	794	15.6. Obrigações do segurado.....	813
12. Contrato de agência e distribuição.....	795	15.7. Obrigações do segurador.....	814
12.1. Definição.....	795	15.8. Acumulação de seguros ou seguro cumulativo.....	815
12.2. Partes.....	795	15.9. Espécies de seguro.....	816
12.3. Caracteres jurídicos.....	796	16. Contrato de constituição de renda.....	816
12.4. Requisitos de validade.....	797	16.1. Definição.....	816
12.5. Obrigações do agente.....	797	16.2. Partes.....	817
12.6. Obrigações do preponente.....	797	16.3. Caracteres jurídicos.....	817
12.7. Extinção do contrato.....	798	16.4. Sujeitos.....	818
13. Contrato de corretagem.....	798	16.5. Prestações.....	818
13.1. Definição.....	798	16.6. Extinção do contrato.....	819
13.2. Partes.....	798	17. Contrato de jogo e aposta.....	819
13.3. Espécies.....	798	17.1. Definições.....	820
13.4. Caracteres jurídicos.....	799	17.2. Espécies.....	820
13.5. Requisitos de validade.....	800	17.3. Efeitos civis do jogo tolerado e proibido.....	820
13.6. Obrigações do corretor.....	801	18. Contrato de fiança.....	821
13.7. Obrigações do comitente.....	801	18.1. Definição.....	821
13.8. Extinção do contrato.....	802	18.2. Caracteres jurídicos.....	822
14. Contrato de transporte.....	802	18.3. Requisitos subjetivos.....	822
14.1. Definição.....	802	18.4. Requisitos objetivos.....	823
14.2. Partes.....	802	18.5. Requisitos formais.....	823
14.3. Objeto.....	802	18.6. Regras especiais.....	823
14.4. Caracteres jurídicos.....	802	18.7. Efeitos.....	824
14.5. Requisitos de validade.....	803	18.8. Extinção da fiança.....	825
14.6. Espécies.....	804	18.9. Diferenças entre fiança e aval.....	826
14.7. Transporte de pessoas.....	804	19. Transação.....	826
14.8. Transporte de coisas.....	806		

19.1. Definição.....	826	22.8. Administração.....	860
19.2. Características.....	827	22.9. Extinção.....	860
19.3. Natureza jurídica.....	827	23. Diferenças terminológicas.....	862
19.4. Requisitos.....	827	<i>CAPÍTULO XI</i>	
19.5. Efeitos.....	828	<i>FONTES DAS OBRIGAÇÕES:</i>	
20. Compromisso.....	828	<i>CONTRATOS NÃO TIPIFICADOS</i>	
20.1. Definição.....	828	<i>NO CÓDIGO CIVIL</i> 863	
20.2. Espécies.....	828	<hr/>	
20.3. Requisitos de validade.....	828	1. Contrato de parceria rural.....	863
21. Contrato de sociedade.....	830	1.1. Definição.....	863
21.1. Definição.....	830	1.2. Caracteres jurídicos.....	863
21.2. Natureza jurídica.....	830	1.3. Pontos comuns com outros contratos.....	864
21.3. Diferenças entre sociedade e condomínio (comunhão).....	831	1.4. Partes.....	864
21.4. Elementos do contrato de sociedade.....	832	1.5. Espécies.....	865
21.5. Requisitos de validade contratual.....	832	2. Contrato de edição.....	866
21.6. Conteúdo do contrato social.....	834	2.1. Definição.....	866
21.7. Classificação.....	834	2.2. Tutela legal.....	867
21.8. Sócios.....	839	2.3. Partes.....	867
21.9. Gerência.....	843	2.4. Caracteres jurídicos.....	867
21.10. Prazo.....	846	2.5. Outras características.....	868
21.11. Cessão de quotas e associação de terceiros.....	846	2.6. Requisitos subjetivos.....	868
21.12. Extinção.....	846	2.7. Requisitos objetivos.....	868
21.13. Tipos.....	849	2.8. Requisitos formais.....	868
22. Associações.....	856	2.9. Obrigações do autor.....	868
22.1. Definição.....	856	2.10. Obrigações do editor.....	868
22.2. Natureza jurídica.....	856	2.11. Extinção.....	869
22.3. Diferenças entre associação, sociedade e condomínio.....	857	3. Contrato de representação dramática.....	869
22.4. Objeto.....	857	3.1. Definição.....	869
22.5. Nome.....	858	3.2. Partes.....	870
22.6. Constituição.....	858	3.3. Tutela legal.....	870
22.7. Direitos e deveres dos associados.....	859	3.4. Caracteres jurídicos.....	870
		3.5. Requisitos subjetivos.....	871
		3.6. Requisitos objetivos.....	871
		3.7. Requisitos formais.....	871

3.8. Obrigações do autor.....	871	8.2. Operações passivas.....	889
3.9. Obrigações do empresário.....	871	8.3. Operações ativas.....	890
3.10. Regra especial.....	871	8.4. Outras operações bancárias.....	892
3.11. Extinção.....	871	9. Contrato de capitalização.....	894
4. Contrato de franquia.....	872	9.1. Definição.....	894
4.1. Definição.....	872	9.2. Partes.....	895
4.2. Partes.....	872	9.3. Tutela legal.....	895
4.3. Caracteres jurídicos.....	872	9.4. Natureza jurídica.....	895
4.4. Formação e extinção do contrato.....	873	9.5. Relações com outros contratos.....	895
5. Contrato de concessão mercantil.....	873	9.6. Caracteres jurídicos.....	896
5.1. Definição.....	873	9.7. Sociedades de capitalização.....	896
5.2. Partes.....	873	9.8. Título de capitalização.....	897
5.3. Caracteres jurídicos.....	874	10. Contrato de <i>joint venture</i>	897
5.4. Requisitos de validade.....	874	11. Contrato de arrendamento mercantil ou <i>leasing</i>	897
5.5. Prazo.....	875	11.1. Definição.....	897
5.6. Direitos e deveres do concedente.....	875	11.2. Partes.....	898
5.7. Direitos e deveres do concessionário.....	875	11.3. Tutela legal.....	898
5.8. Extinção do contrato.....	876	11.4. Caracteres jurídicos.....	898
6. Contratos fiduciários.....	876	11.5. Requisitos de validade.....	899
6.1. Introdução.....	876	11.6. Modalidades.....	899
6.2. Contratos fiduciários em espécie.....	877	12. Contrato de <i>know-how</i>	900
6.2.1. Contratos fiduciários de garantia.....	878	12.1. Definição.....	900
6.2.2. Contratos fiduciários de administração.....	881	12.2. Partes.....	900
7. Contrato de conta corrente.....	886	12.3. Caracteres jurídicos.....	900
7.1. Definição.....	886	12.4. Natureza jurídica.....	901
7.2. Partes.....	886	12.5. Requisitos de validade.....	901
7.3. Caracteres jurídicos.....	887	12.6. Obrigações das partes.....	901
7.4. Requisitos de validade.....	887	12.7. Extinção do contrato.....	902
7.5. Efeitos da conta corrente.....	888	13. Contrato de <i>engineering</i>	902
7.6. Extinção.....	888	14. Contrato de <i>hedge</i>	902
8. Contratos bancários.....	888	15. Contrato de faturização ou <i>factoring</i>	904
8.1. Generalidades.....	888	15.1. Definição.....	904

15.2. Caracteres jurídicos.....	906	2.8. Casos afins.....	928
15.3. Requisitos de validade.....	906	2.9. Gestão imprópria.....	928
15.4. Extinção do contrato.....	907	3. Pagamento indevido.....	928
16. Contrato de cartões de crédito.....	907		
16.1. Definição.....	907		
16.2. Caracteres jurídicos.....	908		
16.3. Requisitos de validade.....	909		
16.4. Espécies de cartão de crédito.....	909		
16.5. Obrigações das partes.....	910		
16.6. Extinção do contrato.....	910		
17. Contrato de <i>shopping centers</i>	911		
17.1. Definição.....	911		
17.2. Partes.....	911		
17.3. Características do contrato de shopping center.....	911		
18. Contrato de consórcio.....	912		
18.1. Definição.....	912		
18.2. Tutela legal.....	914		
18.3. Requisitos de validade.....	914		
18.4. Efeitos.....	914		
18.5. Outras espécies de consórcio.....	917		

CAPÍTULO XII
FONTES DAS OBRIGAÇÕES:
ATOS UNILATERAIS **919**

1. Promessa de recompensa.....	921
2. Gestão de negócios.....	923
2.1. Definição.....	923
2.2. Partes.....	923
2.3. Natureza jurídica.....	923
2.4. Elementos.....	926
2.5. Obrigações do gestor.....	927
2.6. Obrigações do dono do negócio.....	927
2.7. Aprovação.....	928

CAPÍTULO XIII
FONTES DAS OBRIGAÇÕES:
ATOS ILÍCITOS **939**

1. Generalidades e definição.....	939
2. Elementos do ato ilícito.....	943
2.1. Análise dos elementos do ato ilícito civil.....	944
2.2. Ação indenizatória.....	960
3. Responsabilidade por <i>fato de outrem</i>	963
4. Responsabilidade por fato de coisa.....	965
5. Teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil.....	965
6. Responsabilidade civil do estado.....	972
6.1. Definição.....	972
6.2. Evolução histórica.....	972
6.3. Fundamento doutrinário.....	972
6.4. Consequências.....	973
6.5. Disposições legais: art. 37, § 6.º, da CF.....	973
7. Diferenças entre algumas espécies de ilícitos (civil, penal, administrativo).....	974
8. Abuso de direito.....	976
9. Enriquecimento ilícito.....	986

CAPÍTULO XIV
LIQUIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES:
CONCURSO DE CREDORES **995**

1. Generalidades.....	995
2. Processo.....	995
3. Concordata civil.....	998
4. Saldo devedor da execução.....	998
5. Extinção das obrigações.....	998

CAPÍTULO XV
DIREITO DAS COISAS:
INTRODUÇÃO. PROPRIEDADE 999

1. Introdução ao estudo do direito das coisas.....	999
2. Propriedade.....	1005
2.1. Definição.....	1005
2.2. História, sociologia e política da propriedade.....	1008
2.3. Fundamento da propriedade.....	1011
2.4. Elementos da propriedade.....	1013
2.5. Atributos da propriedade.....	1016
2.6. Função social da propriedade.....	1017
2.7. Classificação.....	1021
2.8. Extensão da propriedade.....	1024
2.9. Restrições à propriedade.....	1025
2.10. Proteção específica da propriedade.....	1027
2.11. Domínio público.....	1027
2.12. Aquisição ou constituição da propriedade.....	1032
2.13. Propriedade imóvel.....	1034
2.14. Propriedade móvel.....	1075
2.15. Condomínio.....	1083
2.16. Multipropriedade.....	1099
2.17. Incorporações.....	1107
2.18. Propriedade resolúvel.....	1108
2.19. Propriedade fiduciária.....	1111
2.19.1. Propriedade fiduciária com escopo de administração.....	1112
2.19.2. Propriedade fiduciária com escopo de garantia.....	1116
2.20. Perda ou cessação da propriedade móvel e imóvel.....	1126

CAPÍTULO XVI
DIREITO DAS COISAS: POSSE 1135

1. Definição.....	1135
-------------------	------

2. Natureza jurídica da posse.....	1144
3. Objeto jurídico da posse.....	1147
4. Classificação da posse.....	1147
4.1. Posse direta e indireta.....	1147
4.2. Posse justa e injusta.....	1148
4.3. Posse de boa-fé e de má-fé.....	1150
4.4. Posse com justo título e posse com título justo.....	1151
4.5. Posse ad interdicta.....	1151
4.6. Posse ad usucapionem.....	1151
5. Aquisição ou constituição da posse.....	1152
6. Composse.....	1157
7. Efeitos da posse.....	1158
8. Proteção possessória.....	1162
8.1. Observações preliminares.....	1162
8.2. Fundamento da proteção possessória.....	1163
8.3. Atentados contra a posse.....	1164
8.4. Objeto dos atentados.....	1164
8.5. Instrumentos de proteção possessória.....	1165
9. Função social da posse.....	1175
10. Perda ou cessação da posse.....	1176
10.1. Perda ou cessação da posse das coisas.....	1176
10.2. Perda ou cessação da posse dos direitos.....	1179

CAPÍTULO XVII
DIREITO DAS COISAS:
DIREITOS REAIS SOBRE
COISAS ALHEIAS 1181

1. Introdução.....	1181
2. Direitos reais de uso e fruição.....	1181
2.1. Direito real de enfiteuse.....	1182
2.2. Direito real de servidão.....	1186
2.3. Usufruto.....	1191
2.4. Uso, habitação e direitos reais sociais.....	1196

2.5. Direito real de superfície.....	1199	2. Principiologia do Direito de Família.....	1260
2.6. Direito real de laje.....	1207	2.1. Nota preliminar.....	1260
2.7. Direito real de uso do locatário.....	1219	2.2. Princípio da dignidade humana.....	1260
3. Direitos reais de aquisição.....	1220	2.3. Princípio da função social da família.....	1261
3.1. Promessa irrevogável de compra e venda de imóvel.....	1220	2.4. Princípio do pluralismo.....	1261
3.2. Retrovenda.....	1221	2.5. Princípio da solidariedade.....	1262
3.3. Direito de remanipulação do devedor fiduciante.....	1221	2.6. Princípio da proteção especial.....	1262
3.4. Direito de preferência do locatário, do condômino, do superficiário, do enfiteuta, do ocupante de imóvel da União.....	1222	2.7. Princípio da igualdade.....	1263
4. Direitos reais de garantia.....	1223	2.8. Princípio da dissolubilidade do vínculo.....	1266
4.1. Teoria geral dos direitos reais de garantia.....	1223	2.9. Princípio da afetividade.....	1266
4.2. Direitos reais de garantia em espécie.....	1227	2.10. Princípio da monogamia.....	1267
CAPÍTULO XVIII		3. Casamento.....	1268
OBRA INTELECTUAL		3.1. Definição.....	1268
1245		3.2. Natureza jurídica.....	1271
1. Natureza jurídica e definição.....	1245	3.3. Caracteres jurídicos.....	1271
2. Tutela legal.....	1247	3.4. Finalidades.....	1272
3. Direitos do autor.....	1247	3.5. Casamento civil e religioso.....	1272
3.1. Direitos patrimoniais do autor.....	1247	3.6. Habilitação para o casamento.....	1273
3.2. Direitos morais do autor.....	1248	3.7. Impedimentos matrimoniais.....	1274
3.3. Duração dos direitos patrimoniais do autor.....	1248	3.8. Celebração do casamento.....	1280
3.4. Limitações aos direitos autorais.....	1249	3.9. Prova do casamento.....	1282
3.5. Cessão dos direitos de autor.....	1250	3.10. Efeitos do casamento.....	1282
3.6. Violação dos direitos de autor.....	1250	3.11. Regimes de bens.....	1286
4. Registro das obras intelectuais.....	1251	3.12. Extinção do casamento.....	1292
5. Obra intelectual na informática.....	1251	3.13. Casamento inexistente.....	1301
CAPÍTULO XIX		3.14. Casamento irregular.....	1301
DIREITO DE FAMÍLIA		3.15. Casamento putativo.....	1302
1255		4. União estável.....	1302
1. Introdução.....	1255	5. Parentesco.....	1309
		5.1. Espécies de parentesco.....	1309
		5.2. Graus de parentesco.....	1311
		6. Afinidade.....	1313
		7. Filiação.....	1315

71. Presunção de paternidade.....	1319	11. Curatela.....	1341
72. Prova da maternidade.....	1321	11.1. Definição.....	1341
73. Prova pela posse do estado de filho.....	1321	11.2. Nomeação do curador.....	1341
74. Contestação da paternidade.....	1321	11.3. Prestação de contas.....	1342
75. Impugnação ou desconhecimento da paternidade.....	1322	12. Tomada de decisão apoiada.....	1342
76. Contestação de maternidade.....	1322	13. Guarda.....	1345
77. Ação de vindicação de estado ou de filiação legítima.....	1322	13.1. Definição.....	1345
78. Ação de investigação de paternidade ou de maternidade.....	1322	13.2. Titularidade da guarda.....	1345
79. Reconhecimento da paternidade.....	1323	13.3. Efeitos da guarda.....	1349
710. Formas de procriação.....	1324	14. Alimentos.....	1350
711. Adoção.....	1326	14.1. Definição.....	1350
8. Poder familiar.....	1330	14.2. Sujeito ativo e passivo de alimentos.....	1350
8.1. Definição.....	1330	14.3. Prestação de alimentos.....	1351
8.2. Consequências do poder familiar quanto à pessoa dos filhos.....	1330	15. Ações de família.....	1355
8.3. Consequências do poder familiar quanto aos bens dos filhos.....	1333		
8.4. Cessação do poder familiar.....	1333	CAPÍTULO XX	
8.5. Suspensão do poder familiar.....	1333	DIREITO DAS SUCESSÕES	1357
8.6. Perda do poder familiar.....	1334		
9. Aliena�o parental.....	1334	1. Introdu�o.....	1357
10. Tutela.....	1336	1.1. Defini�es.....	1357
10.1. Defini�o.....	1336	1.2. Objeto da sucessão.....	1360
10.2. Nomea�o do tutor.....	1337	1.3. Histórico e fundamentos.....	1360
10.3. Espécies de tutela.....	1337	1.4. Abertura da sucessão.....	1362
10.4. Incapacidade para o exercício da tutela.....	1338	1.5. Capacidade para suceder.....	1364
10.5. Pessoas que podem se escusar da tutela.....	1338	1.6. Transmissão ou devolu�o da herança.....	1365
10.6. Exercício da tutela.....	1339	2. Sucessão legítima.....	1371
10.7. Cessa�o da tutela.....	1340	2.1. Defini�o e generalidades.....	1371
10.8. Presta�o de contas.....	1340	2.2. Ordem de voca�o hereditária.....	1373
		2.3. Exclusão de herdeiro indigno.....	1382
		3. Sucessão testamentária.....	1385
		3.1. Defini�o.....	1385
		3.2. Generalidades sobre os testamentos.....	1385
		3.3. Formas de testamento.....	1389
		3.4. Cod�cilos.....	1394

3.5. Disposições testamentárias.....	1395
3.6. Herdeiros necessários e herança legítima.....	1401
3.7. Substituições.....	1403
3.8. Deserdação.....	1407
3.9. Legados.....	1408
3.10. Execução dos testamentos.....	1411
3.11. Inexecução dos testamentos.....	1415
4. Liquidação e partilha da herança.....	1421
4.1. Inventário.....	1422
4.2. Partilha.....	1429

Bibliografia

1. Introdução

Conceito de Direito • Instrumentos de controle social • Direito e justiça • Acepções do Direito

2. O direito civil no sistema jurídico Romano-Germânico

Generalidades • Direito romano • Alta Idade Média (476 a 1100) • Baixa Idade Média (1100 a 1453) • Idade Moderna (1453 a 1789) • Idade Contemporânea (de 1789 a nossos dias) • Direito Brasileiro

3. Lei de introdução às normas do direito brasileiro: eficácia, conflito e interpretação das leis

Classificação das leis • Eficácia das leis • Interpretação das leis

4. Pessoas

Personalidade: generalidades e pessoas naturais • Nascituro • Capacidade • Ausência • Nome da pessoa natural • Estado • Pessoas jurídicas • Fundações • Sujeitos de direitos sem personalidade • Registro civil • Domicílio e residência

5. Direitos da personalidade

Histórico • Natureza jurídica • Características • Classificação • Fontes • Tratamento legal • Direitos da personalidade e pessoas jurídicas • Direitos da personalidade no sistema brasileiro

6. Coisas e bens

Definição • Classificação • Patrimônio

7. Fato jurídico, ato e negócio jurídico

Definições • O caso dos negócios jurídicos - Crise e superação • Atos jurídicos • Atos ilícitos • Situações e relações jurídicas • Responsabilidade civil

8. Teoria geral do direito das obrigações

Definição de obrigação • Essência das obrigações • Estrutura das obrigações • Ideia e posição do Direito das Obrigações perante o Direito Civil • Conteúdo da prestação obrigacional • Fontes das obrigações • Escorço histórico • Principiologia do Direito das Obrigações • Classificação das obrigações • Efeito desejável das obrigações: pagamento • Transmissão das obrigações • Efeito indesejável das obrigações: inadimplemento • Execução coativa • Extinção das obrigações

9. Fontes das obrigações: contratos - Teoria Geral do Direito Contratual

Noção de contrato • Definição de contrato • Evolução histórica • Funções dos contratos • Requisitos de existência, de validade e de eficácia dos contratos • Causa, motivo e fim dos contratos • Princípios informadores • Intervenção do Estado na economia contratual • Cláusulas abusivas e conduta abusiva • Interpretação dos contratos • Formação dos contratos • Contrato preliminar • Cláusula penal • Arras • Vícios redibitórios • Evicção • Estipulação em favor de terceiro • Promessa de fato de terceiro • Classificação dos contratos • Cessão da posição contratual • Extinção dos contratos

10. Fontes das obrigações: contratos tipificados no Código Civil

Contrato de compra e venda • Contrato de troca • Contrato estimatório • Contrato de doação • Contrato de locação • Contrato de empréstimo • Contrato de pres-

tação de serviço • Contrato de empreitada • Contrato de depósito • Contrato de mandato • Contrato de comissão • Contrato de agência e distribuição • Contrato de corretagem • Contrato de transporte • Contrato de seguro • Contrato de constituição de renda • Contrato de jogo e aposta • Contrato de fiança • Transação • Compromisso • Contrato de sociedade • Associações • Diferenças terminológicas

11. Fontes das obrigações: contratos não tipificados no Código Civil

Contrato de parceria rural • Contrato de edição • Contrato de representação dramática • Contrato de franquia • Contrato de concessão mercantil • Contratos fiduciários • Contrato de conta corrente • Contratos bancários • Contrato de capitalização • Contrato de *joint venture* • Contrato de arrendamento mercantil ou *leasing* • Contrato de *know-how* • Contrato de *engineering* • Contrato de *hedge* • Contrato de faturização ou *factoring* • Contrato de cartões de crédito • Contrato de *shopping centers* • Contrato de consórcio

12. Fontes das obrigações: atos unilaterais

Promessa de recompensa • Gestão de negócios • Pagamento indevido

13. Fontes das obrigações: atos ilícitos

Generalidades e definição • Elementos do ato ilícito • Responsabilidade por *fato de outrem* • Responsabilidade por fato de coisa • Teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil • Responsabilidade civil do estado • Diferenças entre algumas espécies de ilícitos (civil, penal, administrativo) • Abuso de direito • Enriquecimento ilícito

14. Liquidação das obrigações: concurso de credores

Generalidades • Processo • Concordata civil • Saldo devedor da execução • Extinção das obrigações

15. Direito das coisas: introdução. Propriedade

Introdução ao estudo do direito das coisas • Propriedade

16. Direito das coisas: posse

Definição • Natureza jurídica da posse • Objeto jurídico da posse • Classificação da posse • Aquisição ou constituição da posse • Composse • Efeitos da posse • Proteção possessória • Função social da posse • Perda ou cessação da posse

17. Direito das coisas: direitos reais sobre coisas alheias

Introdução • Direitos reais de uso e fruição • Direitos reais de aquisição • Direitos reais de garantia

18. Obra intelectual

Natureza jurídica e definição • Tutela legal • Direitos do autor • Registro das obras intelectuais • Obra intelectual na informática

19. Direito de família

Introdução • Principiologia do Direito de Família • Casamento • União estável • Parentesco • Afinidade • Filiação • Poder familiar • Alienação parental • Tutela • Curatela • Tomada de decisão apoiada • Guarda • Alimentos • Ações de família

20. Direito das sucessões

Introdução • Sucessão legítima • Sucessão testamentária • Liquidação e partilha da herança